

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO, BORDADOS, COURO, CALÇADOS E SIMILARES DE BRUSQUE E GUABIRUBA de um lado, e de outro lado o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE BRUSQUE E GUABIRUBA, devidamente representados por seus Diretores, na forma do decidido em suas Assembléias Gerais, celebram entre si a presente Convenção Coletiva de Trabalho cujas disposições são as seguintes:

### **I DATA BASE**

As partes convenientes, registrando que este é o 29º (vigésimo nono) pacto do gênero, deliberam de comum acordo manter a data-base em 1º de setembro.

### **II REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados no mês de setembro de 2013, no percentual equivalente a 7,06% (sete vírgula zero seis), podendo ser compensadas as antecipações legais ou espontâneas, concedidas de 1º de outubro de 2012 até 31 de agosto de 2013, exceto aqueles decorrentes de promoção e término de contrato de experiência.

### **III PISO SALARIAL**

Convencionam as partes os seguintes pisos salariais, a serem praticados a partir do dia 1º.09.2013:

R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) nos primeiros 3 (três) meses da contratualidade;

R\$ 910,00 (novecentos e dez reais), após os 3 (três) meses da contratualidade.

#### IV AUXÍLIO CRECHE

As empresas pagarão as empregadas ativas, mensalmente na folha de pagamento, a título de auxílio creche, independente de faltas, a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por filho com idade inferior a 5 (cinco) anos, e, independente também de estarem matriculados em creche.

**Parágrafo Primeiro:** O auxílio creche, objeto desta cláusula, não integrará para nenhum efeito o salário das empregadas.

**Parágrafo Segundo:** As empresas que possuírem creche própria ficam desobrigadas deste pagamento.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento do auxílio creche será calculado proporcionalmente, no mês da admissão e no mês da rescisão de contrato de trabalho, quando os dias trabalhados forem inferiores a 15(quinze) dias.

#### V ADICIONAL NOTURNO

As empresas remunerarão seus empregados que prestem ou que venham prestar serviços no horário noturno (das 22h de um dia até às 5h do outro dia), com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) como adicional noturno, sobre o valor do salário normal.

#### VI DESCONTOS SOBRE OS MEDICAMENTOS

As empresas reembolsarão 50% (cinquenta por cento) dos medicamentos, adquiridos mediante receita, pelos seus empregados ativos, preferencialmente na Farmácia dos Trabalhadores, limitado a R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais) por mês e por empregado.

#### VII SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição, que não seja eventual deverá ser assegurado ao substituto o mesmo salário que recebe o substituído.

#### VIII COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Serão fornecidos comprovantes de pagamentos aos empregados, com identificação da empresa e discriminação da remuneração, dos descontos efetuados e da contribuição do FGTS.



## IX ANOTAÇÕES NA CARTEIRA

Serão anotados corretamente nas Carteiras Profissionais dos empregados as funções e salários respectivos.

## X FALTAS LEGAIS

Será concedida licença e garantido o salário aos empregados(as) no período desta Convenção Coletiva de Trabalho nas seguintes hipóteses:

- a) Por motivo de casamento, 3 (três) dias úteis;
- b) Por motivo de internação de filhos(as) com idade até 10 (dez) anos, 5 (cinco) dias úteis por ano.
- c) Por motivo de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro(a) ou pessoa que viva sob sua dependência econômica, 2 (dois) dias úteis.

## XI ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES

Todas as rescisões de contrato de trabalho de empregados, a partir do mês subsequente ao término do contrato de experiência, serão efetuadas perante a entidade sindical, independentemente do motivo da saída do empregado.

## XII SINDICALIZAÇÃO

As empresas comprometem-se a colaborar com a sindicalização de seus empregados, inclusive quando de sua admissão, não se furtando ao desconto da mensalidade em favor do Sindicato Profissional.

**Parágrafo Único:** As empresas repassarão ao Sindicato Profissional, a relação mensal dos trabalhadores(as) associados(as) ao sindicato, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao desconto da mensalidade.

## XIII LICENÇA REMUNERADA

Os dirigentes sindicais da Entidade Profissional terão a licença remunerada para comparecimento a eventuais encontros, congressos e representações, no total de 10 (dez) dias ao ano por dirigente, limitado ao número de dirigentes do Sindicato na data da celebração desta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que solicitem tais licenças com 3 (três) dias de antecedência.





#### **XIV CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO**

É obrigatória a utilização de controle de horário de trabalho, mecânico ou não para as empresas com 10 a 30 empregados. Para as empresas com mais de 30 empregados é obrigatório a utilização de cartão ponto ou relógio eletrônico ou similar para o registro da jornada de trabalho.

#### **XV COMPENSAÇÃO DE DIAS DE TRABALHO**

Os acordos para compensação e permuta de dias de trabalho, poderão ser efetuados pelas empresas, mediante anuência do Sindicato dos Trabalhadores.

**Parágrafo Único** – Esta cláusula não tem relação com o que está previsto na cláusula XXX, desta convenção.

#### **XVI ESPAÇOS PARA FIXAÇÃO DE EDITAIS**

As empresas colocarão à disposição do Sindicato Profissional locais para fixação de avisos e editais de interesse dos trabalhadores, sendo que tais locais deverão ser de fácil leitura, acesso e circulação dos empregados.

#### **XVII EMPREGADO EM IDADE DE APOSENTADORIA**

Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço prestados à empresa, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem a data em que se adquire o direito à aposentadoria voluntária, ressalvando motivo disciplinar ou o não uso do direito.

#### **XVIII DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, o empregado demitido sem justa causa ou que vier a pedir sua demissão, garantindo, porém, sua permanência no serviço por 05 (cinco) dias, se assim o exigir a empresa. Quando a dispensa for de iniciativa da empresa, sem justa causa, será garantido o pagamento dos dias remanescentes do aviso prévio. Quando a iniciativa couber ao empregado, será assegurado tão somente o pagamento dos dias trabalhados no aviso prévio.

#### **XIX DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA**

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará o fato por escrito ao empregado.

**XX CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência ficará suspenso por motivo de acidente de trabalho e por motivo de afastamento por auxílio doença, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do benefício acidentário ou previdenciário.

**XXI FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho após ter completado 06 (seis) meses de serviço na empresa, serão pagas férias proporcionais.

**XXII INÍCIO DAS FÉRIAS**

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com dias de repouso remunerado e dias já compensados, e deverá ser notificada por escrito ao empregado.

**XXIII EXAMES MÉDICOS E HOSPITALARES**

As despesas com os exames médicos e laboratoriais exigidos para a admissão, demissão e periodicidade, serão reembolsadas em 100% (cem por cento) pelas empresas, mediante a apresentação dos gastos efetuados, conforme artigo 168 da CLT, caso venha o empregado a ser efetivado no serviço ou tenha prorrogado seu contrato de experiência. Cópias dos resultados desses exames deverão ser entregues ao empregado, por ocasião da demissão.

**XXIV VERBAS DEVIDAS A ENTIDADE SINDICAL**

Ficam as empresas, obrigadas a descontar do salário de seus empregados, a mensalidade sindical.

**Parágrafo Único** - O recolhimento ao órgão sindical profissional deverá ser efetuado, impreterivelmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto.

**XXV DESCONTO DA MENSALIDADE SINDICAL SOBRE O 13º SALÁRIO**

As empresas efetuarão o desconto da mensalidade sindical do 13º (décimo terceiro) salário dos associados, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), em favor do sindicato profissional, independente do tempo de trabalho.

## XXVI ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

O dirigente sindical, no exercício de suas funções terá acesso aos locais de trabalho da empresa, especialmente nos horários de intervalos intra-jornada, desde que solicitem tal acesso com antecedência.

## XXVII CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas juntamente com o sindicato patronal se comprometem, na vigência desta convenção coletiva, a adotar medidas preventivas que visem a melhoria dos locais de trabalho no que se refere à saúde, segurança e qualidade de vida da classe trabalhadora, priorizando os temas abaixo relacionados:

- a) ambiente de trabalho – iluminação, ventilação e ergonomia (cadeiras com encosto, mesas adequadas, etc);
- b) higiene – bebedouros com copos descartáveis, banheiros e refeitórios adequados;
- c) conscientização e orientação acerca dos temas das letras “a” e “b”, através de palestras, seminários e outras atividades.

**Parágrafo Único** – O trabalho de orientação e conscientização será realizado em parceria com o sindicato dos trabalhadores.

## XXVIII – INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

O intervalo para repouso e alimentação previsto no artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, fica reduzido para 30 minutos por jornada, na base territorial dos Sindicatos signatários, desde que as empresas cumpram na íntegra, os dispositivos previstos na Portaria MTE nº1.095, de 19.05.2010, enquanto vigente a referida portaria. Na hipótese de alteração ou revogação da portaria suso mencionada deverá ser observado a norma legal que a suceder, devendo-se obedecer o seguinte:

**Parágrafo primeiro:** A empresa deverá manter o refeitório organizado de acordo com a NR 24, aprovada pela Portaria Ministerial nº 3.124, de 08 de junho de 1978, e em funcionamento adequado quanto a sua localização e capacidade de rotatividade.

**Parágrafo segundo:** A empresa deverá continuar adotando o sistema de fornecimento de alimentação previsto no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, inclusive quanto à participação do funcionário no custo da refeição, observados os limites do referido programa, observado o disposto na Portaria nº 66, de 25.08.2006, do Ministério do Trabalho.

